

Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

A resposta da CGE ao documento de resultados finais, Cimeira de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, setembro de 2015

A Campanha Global para a Educação acolhe o documento final para adoção na Cimeira de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas: [Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável](#). Este é o resultado de mais de dois anos de consultas e negociações. Ao contrário dos ODM, que foram criados por um pequeno grupo de peritos da ONU, esta agenda é o resultado de uma ampla participação dos Estados-Membros e das partes interessadas - em particular a sociedade civil - e reflete melhor as prioridades mundiais para o desenvolvimento global.

A natureza ambiciosa e abrangente da nova agenda não teria sido possível sem os esforços constantes da comunidade educativa ao longo dos últimos anos. A agenda preenche muitas das expectativas e inclui exigências que a CGE, juntamente com os seus membros e aliados, defenderam desde o início. Fá-lo de sete maneiras:

1. Estabelece um objetivo amplo e ambicioso que abrange todo o espectro da educação. "Garantir a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem contínua para todos" vai muito além do foco na matrícula no ensino primário que era o principal objetivo da educação nos ODM.
2. Tem metas específicas que incluem compromissos para uma educação gratuita, universal e de qualidade para todas as crianças e jovens ao longo do ensino primário e secundário e acesso universal a um mínimo de um ano de ensino pré-primário gratuito.
3. Inclui um compromisso explícito de garantir a qualidade e reconhece que contributos de qualidade - especialmente estratégias claras para assegurar professores qualificados, valorizada e profissionais, bem como ambientes de aprendizagem seguros e inclusivos - são necessários para a melhoria dos sistemas educativos. Também há o reconhecimento da necessidade de um currículo amplo que inclui os direitos humanos, educação para a cidadania global (GCED) e educação para o desenvolvimento sustentável (ESD). Ao colocar valor sobre a aprendizagem em domínios que vão além da literacia e numeracia, as metas aproximam-se da interpretação de direitos humanos baseada na qualidade.
4. Tem um forte compromisso para com a equidade e a inclusão, tanto na Agenda ODS como um todo, como nas metas de educação em particular. Há referência explícita a raparigas, pessoas com deficiência e povos Indígenas no âmbito da língua-alvo.
5. Representa uma agenda universal que abrange todos os países do mundo, tanto a Norte como a Sul - e mantém a promessa de um compromisso verdadeiramente global de educação para todos.

6. Proporciona interligações mais claras entre a agenda de desenvolvimento global ou seja, os ODS, e o Quadro de Ação da Educação 2030 que renova e amplia os compromissos adotados nos Fóruns de Educação Mundial em 1990 (Jomtien) e em 2000 (Dacar). Esta é uma melhoria significativa em relação ao período anterior, durante o qual a Agenda Educação para Todos, mais holística e inclusiva, foi ofuscada pelos ODM (que foram muito mais restritos). Os mecanismos temáticos para monitorização, aprendizagem e prestação de contas criado durante os 15 anos anteriores serão mantidos, mas integrados mais estreitamente na agenda global.

7. Prevê mecanismos de acompanhamento e prestação de contas para o novo quadro. A nível global, o Fórum Político de Alto Nível (HLPF) irá supervisionar uma rede de processos, incluindo um processo de análises temáticas. Os progressos serão monitorizados pelos chefes de Estado mundiais a cada quatro anos e haverá um relatório intercalar anual sobre o Desenvolvimento Sustentável. Haverá também avaliações regionais e nacionais. Os mecanismos existentes de monitorização da agenda EPT dos últimos 15 anos também serão mantidos.

A agenda ODS final, no entanto, não é perfeita. A CGE lamenta a redução de última hora em relação às ambições, que ocorreu nos últimos dias de negociações, em que os países não cumpriram os seus compromissos de garantir que todos os alunos fossem ensinados por professores qualificados, e que todos os adultos fossem alfabetizados até 2030. Além disso, a promoção de parcerias com o sector privado - sem estabelecer mecanismos para a sua prestação de contas - é de grande preocupação. A [Agenda de Ação de Adis Abeba \(AAAA\)](#), além disso, ficou aquém de fazer os compromissos necessários para reformar os sistemas financeiros globais que poderiam ter ajudado a gerar os recursos necessários para a implementação da Agenda. Os trabalhos de pressão sobre estas questões terão de continuar nos próximos meses e anos.

Para onde vamos a partir daqui?

Apesar de haver muito que comemorar na nova agenda de desenvolvimento sustentável, é essencial permanecer vigilantes e assegurar que os ganhos garantidos até agora não sejam perdidos durante as fases finais do processo. O processo de desenvolvimento de indicadores está a decorrer agora, e é de extrema importância. A seleção de indicadores pobres corre o risco de encolher e / ou distorcer as metas. Alguns dos indicadores propostos tanto pelo Grupo Interagências para os Indicadores ODS (IAEG-SDG) como pelo Grupo Técnico Consultor (TAG) desviam-se do espírito do quadro original, e podem ter consequências profundamente negativas em relação à forma como a agenda da educação será implementada nos próximos anos. Os processos para o desenvolvimento de indicadores regionais e nacionais estão também a decorrer e temos de garantir que a comunidade educativa esteja fortemente envolvida.

Ao mesmo tempo, os primeiros passos estão a ser tomados para o desenvolvimento de mecanismos de acompanhamento e prestação de contas aos níveis global, regional e nacional. Mecanismos de acompanhamento separados estão também a ser postos em prática para o processo de financiamento do desenvolvimento e, como acima indicado, também parece provável que os sistemas de monitorização EPT existentes sejam mantidos e reforçados. Esses processos devem fornecer espaço para a participação significativa dos cidadãos a todos os níveis, e é essencial que a sociedade civil continue a envolver-se para garantir que eles sejam verdadeiramente o reflexo das aspirações e prioridades das populações.

O teste decisivo das Metas e Objetivos da Educação serão, é claro, a sua implementação. A sua ambição deve ser acompanhada de medidas igualmente ambiciosas e limitadas no tempo para

incorporar o conjunto completo de metas de educação nos planos nacionais, e garantir a adequada capacidade institucional, humana e financeira para alcançar o objetivo. Todos os governos e as partes interessadas devem comprometer-se na implementação da nova agenda o mais rapidamente possível. Por sua vez, tal implica compromissos de financiamento. Os cofacilitadores do processo Intergovernamental sugeriram que US \$ 3,5 a 5 bilhões seriam necessários anualmente para implementar todos os objetivos da Agenda dos ODS. O Relatório de Monitorização Global da EPT calcula que o déficit de financiamento anual entre todos os recursos internos disponíveis e o montante necessário para atingir a nova meta de educação de um ano gratuito de ensino pré-primário e de ensino primário e secundário gratuito, seja de uma média de US \$ 39 mil milhões por ano entre 2015 e 2030. [Como o nosso trabalho sobre o financiamento mostrou](#), encontrar os recursos necessários para a implementação da agenda de 2030 é essencial e viável. Há a necessidade de um esforço público global renovado em apoio ao cumprimento da nova agenda educação e deve aumentar-se a consciencialização tanto entre os cidadãos como entre os funcionários governamentais para assegurar a responsabilização. E finalmente, a própria sociedade civil deve organizar-se para maximizar o seu impacto, chegar a novos públicos e trabalhar em conjunto para alcançar estas metas partilhadas.